

A AUTONOMIA COMO FATOR DE POLITIZAÇÃO: UMA CRÍTICA À RASA HOMOGENEIZAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS À LUZ DE KANT E LA BOÉTIE

Mayra Amaral de Miranda Cunha (1); Emmanoel de Almeida Rufino (2).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

(1) mayracunha18@gmail.com; (2) emmanoel.rufino@ifpb.edu.br.

Resumo do artigo: Centrando-se na busca pelo entendimento da autonomia, dos constituintes de seu processo de construção e de como se dá seu impacto na sociedade através dos sujeitos sociais, o presente artigo visa atrelar os pensamentos dos filósofos Immanuel Kant e Étienne de La Boétie buscando compreender a autonomia enquanto construída e enquanto provedora da emancipação, enfatizando a educação e a liberdade dos indivíduos como meio de torná-los autônomos e capazes de participar da construção de sua realidade e futuro, e não restringi-los à menoridade inicialmente imposta, e, desse modo, evitando o acometimento da indiferença em relação às decisões políticas.

Palavras-chave: Autonomia; Politização; Homogeneização; Kant; La Boétie.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Immanuel Kant (filósofo prussiano do século XVIII d. C.), a autonomia consiste na capacidade do sujeito se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de outros, encontrando-se num estado de maioridade (1783, p. 1). Isto posto, é possível compreender sua concepção como um árduo seguimento de suplantações no que se refere à construção do pensamento crítico, da emancipação, da liberdade (de cunho pessoal e público), em que o sujeito goza do exercício pleno de seus direitos e, além disso, tem a possibilidade de desvincular-se da menoridade que lhe é presente desde o início de sua existência.

A maioridade civil é adquirida numa determinada idade nas diversas sociedades, por ter como pressuposto que, completada a idade exigida o indivíduo dispõe da capacidade de refletir, pensar, criticar, e principalmente, ter liberdade para tal; mas a autonomia não é contemplada por essa consideração. É, portanto, propósito deste artigo identificar e compreender – a partir do pensamento de Kant e Étienne de La Boétie – os “estágios” constituintes não somente para o desenvolvimento da autonomia, como também para a emancipação política e social dos sujeitos, estabelecendo uma crítica paralela à homogeneização (ou tentativa da mesma) dos sujeitos sociais. Objetivando, pois, compreender o pensamento de Kant e La Boétie – acerca do desenvolvimento da autonomia como fator de politização, sublinhando os modos como esse processo pode evitar as consequências de qualquer tipo de homogeneização ideológica, a investigação foi ordenada em três etapas específicas: primeiramente, será

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

examinado como Immanuel Kant concebe o tema da autonomia e como o verte ao campo da política; em seguida, avaliando a autonomia através de La Boétie, bem como os fatores necessários para seu desenvolvimento; por fim, fazendo um paralelo entre os dois autores, aproximando suas conclusões a fim de que sejam pensados criticamente os problemas da heteronomia política e o investimento homogeneizante das ideologias que se erigem alienando os sujeitos sociais, inviabilizando a construção da autonomia dos indivíduos.

A compreensão acerca do processo construtivo da autonomia – assim como de suas implicações – faz-se importante, tendo como pressuposto a necessidade de que os indivíduos participem e contribuam politicamente, considerando que uma sociedade engloba todos os sujeitos e deve, necessariamente, possibilitar a construção da autonomia de cada um e não agir de maneira a torná-los homogeneizados. Por fim, tornando claro o entendimento de que a autonomia não deve ser vista atrelada à idade de cada indivíduo e sim como sua capacidade de ter pensamento crítico e próprio.

2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de cunho fundamentalmente teórico, que busca tratar a ideia da autonomia, do seu processo de construção e a problemática que envolve uma sociedade homogeneizada. A princípio, para fundamentar a análise do conceito de autonomia em Immanuel Kant foram usados dois textos basilares: o artigo *Resposta à pergunta: que é o Esclarecimento?* (1783) e o livro *Sobre a pedagogia* (2009), em que Kant discute o papel da educação na construção da autonomia. Considerando que além de uma educação que vise emancipar socialmente os indivíduos, estes também precisam de liberdade (seja ela de expressão, de pensamento, e claro, a de atuar como participantes da tomada de decisões políticas), e em vista disso a autonomia, a partir da liberdade dos indivíduos, será discutida embasada na obra *Discurso da Servidão Voluntária* (2009), de Étienne de La Boétie. A politização a partir da autonomia será objeto de estudo em seguida. Sequentemente, será discutida a homogeneização dos sujeitos na sociedade, e, não obstante, será abordada uma das consequências da homogeneização: a tirania. Ao final, será feito um paralelo entre as supracitadas obras de Kant e La Boétie, interseccionando criticamente suas percepções e concepções sobre a temática aqui problematizada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A autonomia na visão de Immanuel Kant através do Esclarecimento

Em 1783, por ocasião da escrita do texto *Resposta à pergunta: que é o Esclarecimento?*, Kant (1783) define o esclarecimento como a saída do homem de seu estado de minoridade. Ele também critica fortemente a dependência que os indivíduos têm para realizar atividades, demonstrando como coisas que rotineiramente podem passar despercebidas e que por vezes parecem “poupar” tempo, afetam a capacidade de pensar e refletir, tornando mecânico todo o processo. Diz Kant (1783, p. 1): “É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz às vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta (...)”. Sendo assim, estabelecida uma correlação direta entre o Esclarecimento e a autonomia nos indivíduos, visto que o Esclarecimento consiste na maioridade e a autonomia, dessa forma, processualmente conquistada em conjunto com a maioridade do indivíduo. Estando em maioridade, os indivíduos, por conseguinte, fazem exercício de sua autonomia.

Para Kant (1996) o homem é o único ser que – em potencial – está passível e suscetível à educação. A educação, não somente restringindo-se à escolar, engloba todos os processos sociais que mútua ou individualmente possibilitam o desenvolvimento psíquico e mental em um âmbito emancipatório social e político. A capacidade de raciocinar, discernir moral e legalmente o que pode ou não ser feito é o que nos categoriza diferentes dos demais animais. E estes diferenciais só podem ser desenvolvidos em sua totalidade a partir de uma educação que no mínimo vise emancipar os indivíduos.

Para viabilização do uso de sua total capacidade de raciocínio e pensamento crítico, Kant sugere que o homem precisa de cuidados que contemplem e incentivem a capacidade de controle do uso de suas forças, como se vê a seguir:

Os animais, portanto, não precisam ser cuidados, no máximo precisam ser alimentados, aquecidos, guiados e protegidos de algum modo. A maior parte dos animais requer nutrição, mas não requer cuidados. Por cuidados entendem-se as precauções que os pais tomam para impedir que as crianças façam uso nocivo de suas forças (KANT, 1996, p. 11).

Por conseguinte, uma das razões a tornar visível a relevância social da educação é a necessidade de fazer com que os sujeitos sociais tenham consciência e respeito pela liberdade dos demais integrantes de sua sociedade, e desse modo, sejam capazes de não atentar contra o outro.

3.2 A autonomia na visão de Étienne de La Boétie

La Boétie coloca como requisito à autonomia primordialmente a liberdade. Diante de situações que impeçam o sujeito de raciocinar, avaliar e criticar, cada vez mais há uma tendência à alienação, uma vez que o sujeito, não estimulado a pensar, acaba acatando e aceitando tudo que lhe é falado ou imposto. E ao passo que o indivíduo perde sua capacidade de expor suas vontades, de pensar por conta própria, mais encontra-se em distância da autonomia.

De maneira semelhante a Kant, em La Boétie é possível compreender a autonomia como a capacidade do indivíduo de raciocinar por conta própria – isto é, sem a influência das concepções ou opiniões de outras pessoas. E principalmente, é necessário que o sujeito autônomo, emancipado social e politicamente reconheça sua liberdade e de nenhum modo abra mão desta.

Diante da impossibilidade de questionar e sob o julgo dos outros, a autonomia é perdida. E conforme passa o tempo o sujeito acostuma-se à ausência de voz própria, e progressivamente torna-se passível ao que lhe é imposto, como se esquecesse sua liberdade, sua autonomia e preterisse a situação que lhe é colocada.

Por mais que La Boétie não tenha explicitamente declarado sua concepção acerca da autonomia, Kant brilhantemente o fez. E ambos os filósofos coincidem na perspectiva de liberdade. Para La Boétie, “(...) em todas as regiões, em todos os climas, a sujeição é detestável e a liberdade é cara” (LA BOÉTIE, 2009, p. 49), assim sendo possível compreender a liberdade como algo imprescindível, algo no qual nunca se deve abrir mão. Já sob respaldo de Kant uma noção ainda mais longínqua acerca da liberdade é obtida: “É preciso habituar o educando a suportar que a sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo, dirija corretamente a sua liberdade” (KANT, 1996, p. 33); ou seja, a educação precisa atuar de maneira a orientar os indivíduos não somente a reconhecerem sua liberdade, mas também respeitarem a dos demais. Mas por que a autonomia tem relação de necessidade com a liberdade? O indivíduo precisa de liberdade em fatores essenciais (como a educação) na sua formação, sendo talvez a principal, a liberdade de pensamento e expressão, como também a de poder contribuir com o governo de seu país, juntamente com a sociedade a qual pertence, como Kant elucida: “Para este esclarecimento, porém, nada mais se exige senão liberdade. E a mais

inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um uso público de sua razão em todas as questões” (KANT, 1783, p. 2).

A liberdade é necessária partindo do pressuposto que a autonomia consiste no pensar e no fazer por si só, não havendo assim, necessidade de intervenção de outra pessoa. No entanto, o indivíduo precisa ser educado e estar inserido numa sociedade em que tenha liberdade, participe e tenha consciência de que é uma parte constituinte, e que pode, também, mudar sua realidade. Afinal de contas, de que adiantaria a vontade fazer algo, se não houvesse, de fato, a liberdade de fazê-lo? De modo consequente, tanto quanto uma educação emancipatória, os sujeitos sociais precisam de liberdade (dentro dos parâmetros da lei de sua sociedade).

3.3 A politização dos sujeitos sociais introduzida a partir da autonomia

Em alguns dicionários o conceito de politização consiste no processo de determinado grupo em reconhecer a importância do pensamento e da ação política, ou seja, a percepção de que, enquanto grupo, cabe ao mesmo pensar maneiras e alternativas à melhoria, a manutenção ou qualquer outro tipo de competência que se refira à vida social do grupo. Porém, como perceber a importância do pensamento diante de um horizonte de raciocínio minimizado? Como pensar a educação escolar com participação de pessoas iletradas? Como esperar que um sujeito social atue como agente político se o mesmo não teve condições de desenvolver pensamento crítico e avaliativo para com a realidade social?

Diante da complexidade das questões anteriores é possível entender a autonomia não como algo inerente, ou de simples construção, e sim como algo que previamente necessita de determinadas condições, assim como sua manutenção no decorrer das gerações para sua então viabilização, como é possível compreender através de Kant: “O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Nota-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros” (KANT, 1996, p. 15).

Uma sociedade construída sem visar à autonomia de seus cidadãos torna-se inconsistente, mantendo-os envoltos de uma rotina que desconsidere como obrigação sua participação na sociedade e no âmbito político. A politização dos indivíduos se dá somente diante de uma educação que vise emancipar o sujeito e incluí-lo nas decisões políticas.

Indissociável da educação, a política apresenta-se em todo o cotidiano do sujeito na sociedade, de maneira a favorecer sua autonomia ou não. E indo um pouco além, é possível associar à ação política a saída do indivíduo do estado de menoridade, assim como também é através da ação política que são viabilizadas as condições sociais para que os sujeitos sociais construam seu próprio raciocínio e a responsabilidade de seus atos. Um verdadeiro regime democrático só pode receber tal nomenclatura se abranger e possibilitar a participação de toda a sociedade, ou pelo menos da grande maioria.

Porém, mesmo que todas as condições para a construção da autonomia e identidade dos sujeitos enquanto agentes políticos seja possibilitada, há algo ainda necessário: a desconstrução do individualismo que é colocado demasiadas vezes sobre a cabeça dos indivíduos, através da ideia de competitividade ou até mesmo de narcisismo, porém, claro que não desconsiderando a necessidade de exequibilidade do pensamento em si próprio.

Para que uma sociedade funcione e flua em seus projetos, necessidades e principalmente, que corrija seus problemas, é necessário que toda a sociedade seja compreendida como um corpo, ou seja, necessita da colaboração e contribuição de todos, e mais que isto: é necessário que as pessoas sejam motivadas a pensarem coletivamente, visando não somente resolver problemas e dificuldades próprias, mas sim de toda a sociedade. Todavia, a integração dos indivíduos só é viabilizada quando os estes forem estimulados a pensar o governo não como algo que está somente a cargo dos governantes, mas sim como uma integração entre todos, visando o bem de todos.

La Boétie trata com extrema clareza a ideia do que se entende hoje por soberania popular, afinal de contas, é a população que é responsável, em tese, por decidir seu futuro, bem como o presente de seu país. O que não pode acontecer é a confusão do papel político de cada cidadão apenas com a obrigatoriedade em votar, pois, mais que simplesmente votar, o indivíduo deve participar do governo de sua sociedade, seja de maneira indireta ou direta, é necessário que o sujeito social também seja agente político. A autonomia (dos indivíduos em conjunto) e capacidade de decidir o melhor para si enquanto sociedade é respaldada e apenas reitera o ideal de democracia, que é a participação de todos. Evitando, desta forma, que propostas e decisões sejam iniciadas ou tomadas sem antes consultar a população ou ao menos possuir um estudo prévio. O que ao final, apenas legitima a presença política da população.

De acordo com La Boétie o papel dos governantes contempla somente o que é permitido e limitado pelo povo, pela sociedade:

Onde iria ele buscar os olhos com que vos espia se vós não lhos désseis? Onde teria ele mãos para vos bater se não tivesse as vossas? Os pés com que ele esmaga as vossas cidades de quem são senão vossos? Que poder tem ele sobre vós que de vós não venha? (LA BOÉTIE, 2009, p. 38).

Este entendimento é muitíssimo importante para que, conseqüentemente, a autonomia dos sujeitos seja construída de maneira a torná-los emancipados política e socialmente, construindo verdadeiramente assim, a democracia nas sociedades.

3.4 O surgimento de sujeitos homogeneizados

Numa sociedade em que os sujeitos não costumam participar das decisões, é comum observar a enorme frustração, afinal de contas, numa pirâmide, estes sujeitos apenas obedecem, sem questionar ou sequer pensar a respeito, simplesmente executando tudo que lhes é mandado, resultando em nada mais que uma massa homogeneizada. Sendo, talvez, o grande problema, ignorar suas próprias vontades e sonhos e limitar-se àquilo que é imposto sem prévia discussão.

Uma sociedade que não participa do governo de seu país, além de não ter responsabilidade sobre as conseqüências do que vier a acontecer, nada pode fazer para mudar, afinal de contas, a realidade atual nada mais é que perpetuação do que outrora foi introduzido, iniciado. E, mais uma vez, é possível perceber não só o quão magnificamente relevante é a educação, mas também sobre como são impactantes as conseqüências da inércia para com a realidade social.

3.5 A tirania como consequência da homogeneização

Não é espantoso deparar-se com períodos onde a população de determinadas sociedades esteve totalmente dependente do absolutismo de um (ou mais) governante(s). La Boétie tenta compreender e explicar o que torna possível a tirania:

(...) um número infinito de pessoas não a obedecer, mas a servir, não governadas mas tiranizadas, sem bens, sem pais, sem vida a que possam chamar sua? Suportar a pilhagem, as luxúrias, as crueldades, não de um exército, não de uma horda de bárbaros, contra os quais dariam o sangue e a vida, mas de um só? Não de um Hércules ou de um Sansão, mas de um só indivíduo (...). (LA BOÉTIE, 2009, p. 33).

Diante da quietude da população em relação à tomada de decisões, uma lacuna é aberta - lacuna essa, que deveria ser preenchida pela participação do povo - tornando possível, assim, a tirania do(s) governante(s). Uma sociedade que não é construída em prol da educação, da liberdade e da construção de sua realidade, que forma pessoas incapazes de pensar sem recorrer a alguém, que só obedecem e não questionam, pode vir a ter como consequência um regime que não visa a contribuição dos indivíduos, no qual todos são obrigados a somente aceitar sua realidade e não mais tentar mudá-la, ou sequer entendê-la.

A sociedade não é constituída por apenas uma mão, nem governada da mesma maneira, mas é constituída por várias mãos que atuam de maneira a mudar a realidade. Para serem, portanto, sujeitos desse processo multilateral de governança social, os indivíduos devem ser educados de modo a entender sua participação e papel, como também terem pensamento crítico, serem capazes de agir e dispor de sua autonomia e liberdade.

4 CONCLUSÕES

A autonomia não pode nem deve ser entendida como algo a ser obtido a partir de determinada idade ou tampouco como algo que não merece discussão. A concepção que foi construída engloba a ideia de processo, que depende não somente da liberdade dos sujeitos (sendo ela também uma das condições), mas da educação, da qualidade de vida dos indivíduos e de um ambiente em que seja possível a colaboração dos sujeitos sociais na construção da sua sociedade e realidade.

Através de Immanuel Kant foi possível entender os componentes principais da formação da autonomia. Para completar o estudo, Étienne de La Boétie mostra a importância da autonomia e do conhecimento de seu processo, entendendo de que maneira a autonomia influi no campo político. Mostrando também, as consequências de uma sociedade acostumada a obedecer sem questionar, “não governada mas tiranizada”, fundamentando, portanto, a necessidade de enfoque na construção da autonomia de todos os indivíduos constituintes da sociedade, para que, em conjunto, as decisões sejam tomadas e que esteja sob responsabilidade do povo a realidade tal qual ela é no presente, e ademais: o molde do futuro a partir dos objetivos de todos.

Referências Bibliográficas

LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da Servidão Voluntária**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009. 33-49 p.

KANT, Immanuel. **Resposta à Pergunta: Que é esclarecimento?**. [Editorial]. Berlinische Monatsschrift, 1783. 1-2 p.

_____. **Sobre a pedagogia**. 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1996. 2ª edição. 11-33 p.

